

**PROFISSIONALIZAÇÃO CAMBIANTE:
METAMORFOSES DO LOCUS DE FORMAÇÃO**

**CHANGING PROFESSIONALISM:
METAMORPHOSIS OF THE FORMATION LOCUS**

MATTOS, Valéria De Bettio¹
AUED, Bernardete Wrublevski²

RESUMO

O artigo analisa a formação profissional num contexto de desemprego, sendo que a profissionalização restringe-se àqueles que detêm um diploma universitário. Sob o padrão de acumulação flexível, o que se constata é a precarização da vida social e a incerteza quanto ao futuro profissional, especialmente entre os jovens. Nesse contexto, flexibilidade e empregabilidade ganham contornos perversos.

Palavras-chave: Profissionalização; precarização; educação profissional.

ABSTRACT

The article analyzes the professional formation through an unemployment context. The professionalization limits the use of the professional term for those who have an university degree. Under the flexible accumulation pattern, we verify that social life is precarious and the professional future is uncertain. In this context, flexibility and the ability for employment get a perverse outline.

Key-words: Professionalization; precariousness; professional education.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Doutora em Ciências Sociais; pós-doutorado na Universidade de Saint Quentin-Yvelines, França; Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia e Ciência Política, coordenadora do Núcleo de estudos sobre as transformações no mundo do trabalho (TMT).

INTRODUÇÃO

O capital nutriu-se de seus próprios reveses, soube fazer-se esquecer, camuflou-se polindo como nunca, as armas que conservou, afinando suas pedagogias, consolidando suas redes. Sua ordem sempre permaneceu. (FORRESTER, 1997 p. 44).

A procura pela aquisição de competências parece estar na ordem do dia e também parece ser uma das alternativas mais recorrentes entre os jovens diante do desemprego, o que os obriga ao alongamento da escolarização. Por ser este o tema que norteia a pesquisa em andamento, desenvolvida pelas autoras, a fim de compor o *corpus* de uma dissertação de mestrado, o presente artigo configura-se como uma proposta de reflexão sobre o panorama da formação profissional na atualidade, que por um lado tem como expoente a busca incessante de uma certificação universitária e por outro, a sua contrapartida, ou seja, o processo de constante precarização no mundo do trabalho a que estamos submetidos sob o paradigma da acumulação flexível.

A busca por uma profissão - via certificação universitária - ganha evidência, sobretudo quando observamos os números: existem mais de 135 mil alunos universitários somente em Santa Catarina. Segundo o último Censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2000, em quase todo município catarinense foram criados um ou mais cursos universitários, revelando um fenômeno mais ou menos universal, como sugere Hobsbawm (1995, p. 290):

A explosão de números foi particularmente dramática na educação universitária, até aí tão incomum que chegava a ser demograficamente negligenciável, a não ser nos EUA. Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais do que aproximadamente 150 mil universitários (...). Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha, e URSS (para citar os países europeus), isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária em massa.

Apesar dos números espetaculares, faz-se necessário ressaltar que a formação profissional brasileira, na atualidade, ainda contempla uma pequena parcela da população. Dados recentes³ apontam que apenas 3,43% da população do país têm curso universitário completo (na faixa de pessoas acima de 25 anos, a porcentagem atinge o percentual de 6,8%), embora o número de formandos nos últimos anos não seja inexpressivo⁴; cerca de 550 mil novos profissionais são formados anualmente.

No Brasil, os detentores de titulação universitária compõem uma ínfima parcela da população, tratando-se, portanto, de uma elite. Ainda assim a aquisição de uma certificação universitária não sugere emprego imediato na profissão. No entanto, segundo dados do SINE/SC, se a situação é difícil com diploma, é pior para aqueles que não o possuem. Dito isso, podemos passar à primeira consideração geral.

Em tempos de plena vigência do artesanato na Idade Média, a noção de profissão remetia a uma outra relação social, que prescindia da universidade, enquanto *locus*

³ Dados do Censo sobre Educação/IBGE obtidos no jornal *O Globo* (<http://www.globoonline.com.br> acessado em 03/12/03).

⁴ <http://www.mec.gov.br/sesu> (acessado em 23/10/2005).

de formação profissional, embora a universidade tenha registro histórico desde o século X, aproximadamente (CHARLE e VERGER, 1996)⁵. O aprendizado profissional ocorria de uma outra maneira: exigia tempo e paciência na aquisição de habilidades preponderantemente manuais, que eram transmitidas na relação mestre-aprendiz, relações essas quase sempre desenvolvidas dentro de uma oficina. O artesão aprende trabalhando. Essa forma de ensino perdurou enquanto existiram as Guildas ou instituições similares:

Guildas na Inglaterra, e Alemanha, Grêmios na Espanha e Portugal, Métiers na França. Na Itália predominou Artes, expressão de uso generalizado na Toscana, convivendo com outras nas demais regiões: Colégio em Roma, Consulados na Lombardia, Universidade no Piemonte, Companhia na Emília, Grêmio na Sardenha, Confrarias ou Irmandades no Vêneto, Mestranças na Sicília, etc. O termo "Corporações", embora tenha surgido apenas no século passado, é a denominação mais freqüente utilizada no Brasil para designar as associações dos artesãos, em especial aquelas referidas ao contexto medieval. (RUGIU, 1998, p. 8).

Tendo em vista os textos sobre Educação em geral e, em especial, sobre profissionalização, podemos destacar uma mesma matriz importante, que aponta para uma maneira peculiar de compreender a formação artesanal ao longo da história.

A nostalgia do tipo de educação simbolizada pelo mestre de artes e ofícios é, portanto, para ser claro, fio invisível, mas bem presente nos grandes inovadores pedagógicos a partir de Locke e Rousseau. Reencontramo-lo depois em muitos outros, por exemplo, em Pestalozzi, em Fröybel, menos em Lambruschini e, indo em frente, atravessando o oceano, até Dewey (bem de relevo) e em quase todos os movimentos da "New Education" e da Escola Ativa, incluindo as variantes dos educadores artísticos de Hamburgo, no suíço Seidler (nome injustamente esquecido) em Kerschensteiner (também nele muito claro), até na "Bauhaus", diluiu-se, mas não desaparece de todo na pedagogia do fascismo (que tinha notoriamente aplicado uma versão sua da organização corporativa), reaparece finalmente em figuras ligadas aos movimentos de 68 e similares, sobretudo entre as fileiras dos desescolarizadores (RUGIU, 1998, p. 11).

Foge ao escopo deste texto detalhar a perspectiva teórica desses autores. Por ora é suficiente sublinhar que o Brasil entrou na ordem mundial quando as Corporações⁶ já se encontravam em declínio. Deste modo, quando mudanças sociais muitas significativas entraram em cena, surgiram também, novas formas de profissionalização, nas quais "a preservação do termo profissão, não diz mais respeito à época em que os aprendizes aprendiam fazendo." (RUGIU, 1998, p. 19)

Uma segunda consideração diz respeito ao tempo histórico do termo profissão. Na contemporaneidade o termo assume outros significados: ora está associado ao processo de trabalho, ora relacionado à questões subjetivas, de cunho identitário. Na tentativa de obter maior congruência, sobre a definição do termo *profissão*, Dubar e Tripier (1998, p. 12) destacam quatro sentidos diferentes: 1) identidade profissional (o que sou), 2) posição profissional (que cargo ocupo), 3) especialização

⁶ "Nós, para entendermos aquela realidade usamos em geral o termo Corporações, termos esse, porém relativamente recente, difundido na Itália na segunda metade do século passado e depois propagado pelo fascismo por ocasião do seu projeto de neocorporativização da Itália "disciplinada, laboriosa e produtiva". Antes do final do século XIX, o termo era raramente usado para entender aquilo a que aqui chamamos Artes." (RUGIU, 1998, p. 24) (grifo do autor)

profissional (o que sei fazer) e, por fim, 4) classificação profissional (a qual categoria pertença).

A terceira e última consideração refere-se à universidade, enquanto *locus* de formação *para* a vida e simultaneamente de formação/certificação profissional. Esta duplicidade de atributo tem sido objeto de questionamentos e gerado crises. De acordo com Dubar (2004) tais crises questionam o espaço, o tempo e as gerações em prospecção⁷: Com o fenômeno da mundialização, a desestabilização dos Estados nacionais tornou-se evidente. O nacionalismo do século XIX deu passagem aos Estados-Nação dependentes dos capitais transnacionais do século XX, que da idéia de progresso, disseminada até meados da década de 1970, passam a se confrontar com o temor dos riscos futuros, sobretudo pela desregulamentação do Estado e destruição em escala global do meio ambiente, a qual, no início do presente século, se traduz em precariedade da vida social no seu sentido mais amplo. É neste cenário cambiante que se faz imperioso discutir a universidade e as suas mudanças de atribuição e, especificamente, a certificação profissional que outrora não era de sua responsabilidade.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A LUTA DOS FAVORITOS DEGRADADOS

Dubar e Tripier (1998) lembram que a palavra profissão vem do latim *professio*, termo que traz em si a atitude pública de professar uma atividade laboral. Os autores salientam que a ação de professar está ligada às crenças político-religiosas, quando imperava o sistema de relações das corporações.

As corporações deixaram de existir, mas a profissão continuou sendo oportunizada, apenas em outro contexto e em condições absolutamente distintas. Segundo Dubar e Tripier (1998), a palavra profissão assume diferentes significados. São eles: a) definição relacionada à vocação, dotada de cunho político-religioso, b) noção atrelada à forma como as pessoas ganham sua vida e se mantêm financeiramente e c) termo que diz respeito à categoria profissional. Os autores advertem que embora haja tentativas de categorizar as diferenças, as distintas categorizações apresentam-se de forma imbricada, algumas vezes complementares, outras excludentes.

Piotet (2002), em A Revolução das Profissões salienta que o vocábulo 'métier', que ao longo da história assumiu diferentes significados – ora relacionados à idéia de profissão, ora à de ocupação –, passou de uma concepção de processo a uma concepção patrimonial de qualificação. Segundo o seu entendimento, a primeira remete à noção de carreira e a segunda, a uma formação especializada, via escolarização formal.

Na atualidade, embora a utilização do termo esteja bem demarcada, o questionamento quanto à restrição do espaço da formação profissional, obtido somente na universidade, mantém-se presente no discurso do empresariado. Como lembra Bianchetti (2005, p. 179), “as escolas e universidades passam a ser questionadas na condição de *locus* exclusivo de construção e transmissão de conhecimentos para serem aplicados em outro tempo e espaço. As mudanças

⁷ Conferência “A formação profissional em tempos de mundialização” proferida na Universidade Federal de Santa Catarina em 30/11/2004.

rápidas vão obrigar a que se rediscutam e se redefinem os espaços e os tempos de formação.”

Tendo por base essas formulações, o presente artigo procede a uma caracterização preliminar de algumas interferências subjacentes à busca dos profissionais por qualificação universitária.

Franco (1999, p. 107) esclarece que o próprio significado de qualificação torna-se uma generalização abstrata, “onde o seu significado não se deduz de uma aplicação semântica, mas do conjunto de mediações que se estabelecem nas relações econômico-sociais, tecnológicas e organizacionais que envolvem os processos de trabalho (...) em transformação, cujos contornos não são sempre claros porque têm atrás de si os interesses dos diferentes sujeitos sociais.”

Em termos de realidade brasileira, na década de 1990, cresce a necessidade por qualificação. No que tange à instrumentalização educacional, implantada já nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), é evidente a tentativa de desviar o foco da crise do desemprego para a educação, disseminando as noções ideológicas da teoria do capital humano e de responsabilização do trabalhador na obtenção de trabalho por meio do ideário da polivalência, integração, flexibilidade e empregabilidade.

Ao longo da história da humanidade, o aprendizado profissional assumiu diferentes feições estabelecidas em épocas determinadas que, grosso modo, eram realizadas por meio da relação entre mestre e aprendiz, em geral dentro de uma oficina ou atelier, forjado sob o delineamento corporativo. De acordo com Piotet (2002, p. 4), ter uma profissão significa ter um *métier*, isto é, “ser detentor de um patrimônio que tem um valor sobre o mercado de trabalho que transcende o da empresa,”⁸ embora a palavra *métier* seja ainda usada indistintamente para designar emprego ou profissão com intuito de evocar uma ocupação ou uma posição social.

O ensino profissional dentro de uma escola - invenção moderna - representa uma ruptura com essa forma corporativa, que vigorava na Idade Média. A escola, espaço *per se* de transmissão do saber, cujo atributo era o de transmitir um conhecimento sistematizado com vistas a formar pessoas na suas múltiplas necessidades, na atualidade, tem a atribuição de formar profissionais.

Vale ressaltar que na atualidade, conforme sugere Aued (2003), o termo profissional remete diretamente à titulação universitária “que permite acesso a um mercado de trabalho profissional que, no limite, é fechado.”⁹ Prandi (1982) revela por meio de um estudo realizado com universitários paulistanos no início dos anos de 1980, que a disseminação da teoria do capital humano¹⁰ continua presente no discurso corrente,

⁸ Tradução do francês realizada pelas autoras.

⁹ Tripier (1998) lembra que a lei americana Taft-Hartley, de 1947, separa bem claramente os direitos e deveres de profissões e de ocupações acordando, notadamente aos primeiros, o direito de fechar seu mercado de trabalho graças às certificações acadêmicas (exames e concursos que conduzem ao título) e aos segundos a possibilidade de se sindicalizarem, tendo como intuito de fechar seu mercado de trabalho.

¹⁰ Theodore Willian Schultz (1902-1998), economista americano ganhou em 1979, juntamente com W. Arthur Lewis, o prêmio Nobel de Economia na área de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento pela referida teoria. Ele argumenta: “A característica distintiva de capital humano é a de que é ele parte do

por meio da preconização da titulação universitária enquanto agente facilitador de mobilidade social. Barbosa (1998) reitera esta proposição ao identificar a obtenção do diploma universitário como estratégia dos estratos socioeconômicos medianos da população brasileira, na regulação dos trabalhos e das relações sociais contemporâneas.

Prandi (1982, p. 15) verificou junto à realidade dos *favoritos degradados*¹¹ que o sonho de mobilidade social mantém-se apenas como promessa para a maioria dos titulados.

Já são figuras correntes do anedotário estudantil o taxista-historiador, a telefonista-psicóloga, o garçom-arquiteto, o vendedor-economista, o *barman*-médico, etc. Se casos com estas personagens são contados com certo humor e irreverência, não deixa de ser verdadeiro, entretanto, que o fantasma do desemprego ou da ocupação estranha à formação universitária corrói a anteriormente sólida base dos projetos de vida individuais e familiares das classes médias urbanas órfãs do milagre brasileiro. (grifo do autor)

PRECARIEDADE: SINÔNIMO DE DESIGUALDADE

Não só nos chistes juvenis a precariedade das condições de trabalho é chamada à baila. A literatura é vasta quando o tema de discussão trata da precarização da vida social, a qual estamos submetidos. Desde a década de 80 do último século, mediante a implantação de um projeto político em escala mundial, é deflagrada a desregulamentação do mercado de trabalho, ocasionando entre outras coisas, a precarização das condições laborais e altos índices de desemprego. De acordo com Silva Jr. (2005, p. 289), este projeto apresenta, em síntese, os seguintes traços na realidade brasileira da metade dos anos de 1990:

1) a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial; 2) a desnacionalização da economia brasileira; 3) a desindustrialização brasileira; 4) a transformação da estrutura do mercado de trabalho; 5) a terceirização e a precarização do trabalho em função de sua reestruturação; 6) a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado; 7) a flexibilização das relações trabalhistas; 8) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos e partidos políticos; 9) o trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência do desaparecimento dos direitos sociais do trabalho.

O que prevalece no atual padrão de acumulação capitalista, devido, entre outros fatores, à relação social estabelecida com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, é a precarização da vida social. Conforme Mézáros (2002), o que assistimos atualmente, diante da crise da superprodução, é a obsolescência programada das mercadorias, inclusive da força de trabalho, bem como a degradação das condições de trabalho.

homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode (...) ser adquirido, não como um elemento (...) que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo." (SCHULTZ, 1973, p. 53).

¹¹ Título de seu livro em alusão ao exército de reserva intelectual, constantemente feito por jovens profissionais que, quando não estão desempregados, encontram-se desempenhando funções para as quais sua titulação é prescindível.

Segundo Tumolo (2003), no modelo vigente de produzir a existência humana, o que se constata é a real subsunção da vida (subjetiva, objetiva e material) ao capital, haja vista que o trabalho, enquanto *protoforma* humana, neste processo de reprodução da vida, aparece como estranhamento, processo desumanizador, não-socializador.

Em relação ao atual padrão de acumulação, a chamada acumulação flexível ou, ainda, reestruturação produtiva, Tumolo (*op. cit.*) sugere tratar-se de uma inversão nos processos de controle: a partir do controle da vida do trabalhador, decorre o controle sobre os processos de trabalho, na medida em que, com a diminuição do valor das mercadorias, há a necessidade de equilibrar em vão a defasagem do valor da força de trabalho. Assim, assistimos ao “recrudescimento e à generalização da degradação do trabalho” (2003, p.172).

Segundo Aued (2003, p.45), embora na literatura disponível as discussões sobre a centralidade do trabalho na vida das pessoas apareçam com contornos específicos, e por vezes antagônicos, não há evidências sobre a negação da crise do trabalho, que segundo a autora “se mescla e se aprofunda como crise de identidade profissional”. Ela acrescenta: “Quanto ao trabalho, o movimento ascendente de desemprego não quer dizer diminuição de trabalho, nem tampouco aumento de lazer, mas precarização das condições em que se exerce o trabalho”.

Exemplos de trabalho precarizado aparecem cotidianamente. Prandi (1982) aponta que, no início dos anos de 1980, menos de um terço da população brasileira diplomada estava exercendo funções compatíveis com escolaridade universitária, um terço estava exercendo funções que outrora exigiriam o nível médio e um quarto dos que possuíam nível médio estavam executando funções manuais. Outro exemplo que o autor aborda trata da dificuldade e a mudança de status por que passam os médicos, até então majoritariamente profissionais liberais, ao caracterizar a necessidade de trabalharem em três ou quatro locais diferentes a fim de manterem um padrão de vida aceitável.

Precariedade, neste cenário, é sinônimo de desigualdade. De acordo com informações obtidas no jornal *Brasil de Fato*¹², um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que o Brasil é o segundo país mais desigual da América Latina, e o oitavo do mundo. Os brasileiros 10% mais ricos abocanham 68 vezes mais do que os 10% mais pobres. Em relação ao gênero feminino, o país ocupa a sétima posição, ficando atrás de países como Zimbábue e Bangladesh, nas diferenças quanto a salário, oportunidades de emprego, ocupação de cargos de decisão, acesso à educação e à saúde.

Conforme dados levantados junto aos Censos demográficos do IBGE, respectivamente de 1970, 1980, 1991 e 2000, a presença das mulheres no ensino superior passa a ser significativa a partir da década de 1980. Se na década anterior as mulheres compunham apenas 25,58% das vagas, nos anos de 1980, elas ocupam 44,58%. No Censo de 1991, elas passam a ser maioria (51,03%), tendência mantida no último levantamento, alcançando 55,60% das vagas oferecidas.

¹² Matéria sobre mercado de trabalho, desemprego e desigualdade de gênero e idade divulgada no dia 30/09/2005. <http://www.brasildefato.com.br>. (Acessado em 10/10/2005).

Embora a escolarização feminina seja superior, as diferenças quanto às oportunidades e qualidade do trabalho também se expressam no rendimento: os seus salários correspondem, em média, a 69,6% dos salários dos homens, e há uma década correspondiam a apenas 59% dos salários masculinos.¹³

No que diz respeito às oportunidades de acesso ao ensino superior, de acordo com cor/raça, no último Censo, dos jovens entre 18 e 24 anos, apenas 2,5% autodeclarados negros freqüentavam algum curso universitário, enquanto que entre a população branca, esse índice atingia 11,7%. Não poderíamos deixar de salientar que 44,7% da população se autodeclarou negra ou parda no Censo de 2000.¹⁴

Especificamente no que se refere à mobilidade social defendida pela teoria do capital humano, após a implantação do atual modelo de acumulação, conhecido como modelo japonês, toyotismo, ou ainda, acumulação flexível (HARVEY, 1993), que começa a apresentar as primeiras manifestações no país na década de 1980, a realidade nos permite inferir que, sobretudo na virada do século XXI, em função da reestruturação do mercado de trabalho deflagrada pelo modo de acumulação vigente, a expectativa de ascensão social outrora depositada na graduação pelos estratos medianos da sociedade, na atualidade foi deslocada para a pós-graduação. Cabe ressaltar, no entanto, que esta estratégia diz respeito a uma parcela mínima da população, e por isso elitizada, não podendo ser estendida a outros estratos socioeconômicos, em que a expectativa de ascensão social trilha outros caminhos.

Se nos anos de 1980, já era perceptível a adoção de estratégias individuais tais como graduação em dois cursos complementares, desempenho acadêmico diferenciado e realização de estágios diversos, na tentativa de reparar a qualidade do ensino e, sobretudo de evitar o desemprego, o que se verifica na década seguinte é o deslocamento de tais estratégias para os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* com o intuito de obter competências distintivas que auxiliem no combate ao desemprego, à precarização das relações de trabalho e às baixas remunerações. Vale dizer que essas medidas adotadas individualmente apresentam duas características peculiares: ocorrem fora da jornada de trabalho e às expensas do próprio indivíduo (auto-investimento), o que evidencia mais ainda o processo de precarização pelo qual vêm passando os profissionais, sobretudo os recém-formados.

No entanto, alguns autores (DUBAR, 1991; CASTRO, 2004; BAUMAN, 2004) advertem que a busca de soluções individuais, em detrimento das coletivas, não apresentam garantia alguma quanto à inserção profissional e esclarecem que elas passam a ser estratégias para enfrentamento temporário do problema gerado pela própria crise do capital.

¹³ Dados obtidos no Censo do IBGE/2003, divulgados em setembro de 2004. (<http://www.ibge.gov.br> acessado em 24/10/2004.)

¹⁴ Dados obtidos no jornal *Folha de S. Paulo* (Caderno Cotidiano) em 19/11/2005, quando foi divulgado um estudo realizado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que mostrava entre outras informações que, enquanto o Brasil "branco" ocupava a 44ª posição no ranking que mede o desenvolvimento social, o Brasil "negro" ocupava o 105º lugar.

FLEXIBILIDADE E COMPETÊNCIA COM VISTAS À EMPREGABILIDADE

O desemprego crescente é criado sob a flexibilidade igualmente ascendente. Entretanto a flexibilidade, segundo Bourdieu (1998, p. 44) constitui palavra-chave do discurso neoliberal, eufemismo que “carrega uma mensagem universalista de libertação”.

Segundo o Dicionário Houaiss (2001, p. 1356) flexibilidade significa “qualidade do que é flexível, maleável; propriedade do que é dócil ao manejo, maleabilidade; ou ainda, característica de quem é compreensível; brandura, docilidade (s.fig.)”. No entanto, sob o regime flexível ao invés de maleabilidade, os trabalhadores são submetidos à rigidez das relações sociais, que significa desregulamentação e precariedade das condições de trabalho. No limite, segundo Aued (2004), a rigidez coopta inclusive a subjetividade do trabalhador.

Beaud e Piauloux (1999), por meio de um estudo longitudinal realizado junto aos operários da Peugeot na França, perceberam uma ligação entre a incerteza quanto ao futuro profissional da categoria e a necessidade de garantir o alongamento da escolarização para os seus filhos como condição de superação do trabalho fabril: “A ausência de futuro os convence (operários) que a escolha dos estudos alongados é, finalmente, talvez o menos pior.”¹⁵ (p. 217). Estes autores concluem que, embora o alongamento da escolarização seja uma realidade, esta tendência não fornece garantias quanto ao futuro profissional. Pelo contrário, o que se torna notório é o estreitamento das oportunidades. Se a geração anterior, com nível escolar inferior ao de seus filhos, conseguia manter uma vida digna na condição de operário, o mesmo não acontece com os filhos, portadores de certificações de cursos profissionalizantes e até universitários.

Passeron (1982, p. 558) afirma que a inflação de diplomas propagada desde os anos de 1960, sob a política de democratização do ensino - a chamada escolarização em massa – resulta em baixa nos rendimentos profissional, financeiro e simbólico do diploma. No entanto, evidencia a intencionalidade e o impacto da política socioeducativa:

Para além das decepções que ela (inflação de diplomas) engendra nos beneficiados e mesmo as reviravoltas políticas que seguem a essas decepções, a escolarização em massa poderia representar a resposta menos onerosa – uma vez que seus custos sociais são reduzidos pela desvalorização dos títulos – feita pelas classes dominantes de acordo com as demandas social e política de igualdade e de mobilidade por parte das classes dominadas. (grifos do autor)¹⁶

Diante deste cenário, Bauman (2001) afirma que a palavra de ordem da modernidade é a flexibilização e que esta não é uma época de certezas e garantias, ao contrário, o futuro é mais do que nunca uma incógnita. No mundo do trabalho, o temor pela perda do emprego, e no caso dos que já estão endossando as estatísticas de desemprego, mostra-se como impossibilidade de mudanças num futuro próximo, resultando em problemas psicossociais graves. O mesmo autor (2004) reitera seu ponto de vista quando discute a fragilidade das relações sociais:

¹⁵ Tradução do francês realizada pelas autoras.

¹⁶ Tradução do francês realizada pelas autoras.

Uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção (a famosa flexibilidade) marcam todas as espécies de vínculos sociais. (...) Elas afetam particularmente, e talvez de modo seminal, o emprego e as relações profissionais. Com o desaparecimento da demanda por certas habilidades num tempo menor do que o necessário para adquiri-las e dominá-las; com credenciais educacionais perdendo valor em relação ao custo anual de sua aquisição ou mesmo transformando-se em “equidade negativa” muito antes de sua “data de vencimento” supostamente vitalícia; com empregos desaparecendo sem aviso, ou quase; e com o curso da existência fatiado numa série de projetos singulares cada vez menores, as perspectivas de vida crescentemente se parecem com as convoluções aleatórias de projéteis inteligentes em busca de alvos esquivos, efêmeros e móveis, e não com a trajetória pré-planejada, predeterminada e previsível de um míssil balístico. (p.113) (grifos do autor)

Aued (2004) aponta que o mundo do trabalho precarizado, no qual o emprego dá lugar à empregabilidade, ou seja, a constante busca por novas competências ou “requalificação”, a fim de manter-se no mercado de trabalho formal, mascara o caráter imanente do desemprego submetido ao capital. A autora sustenta ainda que o desemprego, bem como o desaparecimento de certas profissões, sempre esteve presente no modo de produção vigente, fato este que externaliza a degradação da subjetividade e das condições de vida, bem como o empobrecimento das relações sociais da sociedade.

Assim, o modo de produção capitalista deflagrou a díade emprego-desemprego. Na atualidade, não há como pensar o trabalho sem se reportar ao desemprego e à noção de empregabilidade¹⁷ que, por sua vez, evoca a noção de qualificação constante, bem como de educação ao longo da vida e atribui ao ensino o status de mercadoria.

Forrester (1997 p. 118) define empregabilidade como “uma bela palavra que soa nova e parece prometida a um belo futuro: que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores.”

A concepção de empregabilidade pressupõe uma individualização aparente, deslocada do caráter socio-histórico nele implicado, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade de empregar-se ou manter-se empregado. Nesse sentido, constrói-se como *anticonceito*, na medida em que não auxilia o entendimento do movimento das relações sociais na materialidade. Castro (2004, p. 86) corrobora a idéia quando ressalta que

O truque da “empregabilidade” esconde algo mais profundo, que é a tentativa de autonomizar tanto a esfera do trabalho como a esfera da educação, dissociando-as do contexto histórico, o único que as torna compreensíveis. Esse conteúdo histórico concreto decorre do poder oligopólico dos grandes agrupamentos financeiros que decidem as prioridades tecnológicas, econômicas e sociais, configurando a nova ordem mundial imperialista. (grifo do autor)

Com a difusão do ensino superior durante o período militar no país, não podemos desconsiderar o fato de que a gestão escolar assegurou um caráter dualista, na qual

¹⁷Termo controverso, que dissemina a constante qualificação como alternativa à obtenção ou permanência no emprego e que recebe diversas críticas na literatura por culpabilizar implicitamente o trabalhador pela não inclusão no mercado de trabalho, quando se sabe que o desemprego é componente estrutural do atual modo de produção e que tal fenômeno não é decorrente da falta de qualificação do trabalhador.

os ensinamentos básico e técnico estavam voltados à demanda industrial de execução e o ensino profissional tecnológico direcionado a formar profissionais para atuar na ‘organização técnico-científica’, isto é, nas áreas de concepção, produção e circulação das mercadorias, escancarando assim a elitização do ensino.

Embora esta estratificação já estivesse presente na educação brasileira desde sua concepção, havia naquele momento uma tendência de mercantilização do saber direcionado aos interesses do mercado, conforme escreve Franco (1999, p. 123):

Com a ditadura iniciada nos anos 60 e a nova fase de expansão do capital no país, há a ideologização ampla dos sistemas de ensino pela influência da “teoria do capital humano”, do tecnicismo em educação, pela relação escola e mercado de trabalho e na importância da educação para o desenvolvimento econômico.

Antunes¹⁸ sublinha ainda uma outra divisão profissional, em escala mundial, que determina os países do centro capitalista como responsáveis pela concepção dos produtos em sua maioria, deixando aos países periféricos a sua execução, de acordo com a demanda. Ele afirma:

Com a nova divisão internacional do trabalho, pós anos 70 e 80, a tecnologia, o capital intelectual, a propriedade intelectual se encontra nos países centrais. É uma tríade: os Estados Unidos e a Nafta; a Europa Unificada com a Alemanha à frente e a Ásia-Pacífico com o Japão. Este campo, com os Estados Unidos à frente, tem o domínio econômico, intelectual, político, militar e científico. (...) Nesta nova engenharia econômica social, na nova divisão internacional do trabalho, o papel do Brasil é voltar a ser um grande país exportador de ponta neste setor agrário. Isto é destrutivo para o nosso povo, ele preserva a grande propriedade latifundiária da terra, que vai se modernizar pela via do agronegócio.

Pochmann (2006) apresenta um outro ponto de vista ao afirmar que estamos vivendo hoje uma nova divisão internacional do trabalho. Não é mais o trabalho setorial, isto é, indústria, agricultura, comércio, serviços. O autor é enfático ao afirmar que esse tipo de divisão não existe mais. A questão-chave do processo diz respeito à divisão do trabalho nas formas de trabalho de repetição, de execução e o de concepção. São formas de trabalho muito diferentes, cuja relação com a tecnologia e com a educação são completamente distintas. E acrescenta, utilizando-se do exemplo da indústria calçadista:

A produção de calçados, que é de fato sobre o que estamos falando, onde está sendo feita? Nos países onde se pratica o melhor custo de mão-de-obra, onde as instituições multilaterais nos estimulam a desregular o mercado e a nos fazer cada vez mais competir por estes postos de trabalho, que são postos de trabalho cada vez mais similares ao século XIX. É o trabalho infantil, é o trabalho noturno, é o trabalho em domicílio. Porque fazer calçado é uma coisa extremamente simplificada, sem valor agregado. Então essa é a divisão de trabalho que está aí. O desemprego, a precarização não é um problema de país rico. Claro que eles têm também. Mas o problema do desemprego hoje no mundo é em país pobre, país que não investe em tecnologia. País caudatário do trabalho de execução (p.70).

Já Barbosa (1998) demonstra que na sociedade contemporânea - não mais baseada em laços de sangue - o status social advém do trabalho que decorre de uma classificação social e não é baseada no mérito da ocupação, fato este que remete às noções de competência e *performance*. Segundo a autora, “entre as décadas de

¹⁸ Entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato, quando participou de palestra promovida pelo movimento Attac, em Porto Alegre, no ano de 2004.

70 e 90 o grau de escolaridade era o diferencial, hoje a *performance* é a ferramenta de comando” (p. 138).

A idéia de patrimônio construída ao longo da vida profissional, discutida por Piotet (2002), evoca a noção de competência, tão em voga na atualidade, a qual se associa mais à “qualidade” do desempenho comportamental do que ao exercício técnico das tarefas. Para a autora,

a competência comporta as dimensões que não são somente associadas ao conhecimento e à experiência, mas também a um *saber ser* numa situação de trabalho específica. Assim definida, a competência associa às qualidades profissionais, as qualidades interpessoais (relacionais) manifestas num contexto preciso cuja universalidade não pode ser administrada a priori (...). Os critérios que definem a competência são pouco negociáveis e o que é avaliado resulta mais da *performance* do assalariado do que de sua própria competência. (2002, p. 16-17)¹⁹

Baseado neste modo de compreender o processo seletivo ao qual estão submetidos os trabalhadores em potencial, resta-nos questionar quais as competências, habilidades e atitudes esperadas pelos contratantes. Talvez um antigo operário da Peugeot nos dê algumas pistas: “Os novos técnicos, hierarquicamente superiores aos “peões”, são culturalmente diferentes desses últimos. Trabalham sem medir esforços, são disponíveis, dinâmicos, esportivos e apolíticos.”²⁰ (BEAUD e PIAULOUX, 1999, p. 130)

MERCADO: A MÃO INVISÍVEL QUE REGE A VIDA SOCIAL

Em primeiro lugar, é curiosa a alusão à crise do mundo do trabalho relacionada ao questionamento da universidade enquanto formadora de profissionais. A universidade, dizem, não forma profissionais para o “mercado”. Para “não fazer de qualquer erva um maço”, convém desmistificar o que é o mercado. Eis o enigma!

Lembremos as formulações de Adam Smith (1723-1790) que convergem no sentido de desvendar o que é o mercado e rompem com explicações antecedentes, uma vez que as suas explicações situam o trabalho social como fonte de riqueza. Segundo Smith, o mercado regula o trabalho e esta instituição constitui-se na “mão invisível” que regula os interesses individuais e, portanto, a oferta e a procura do trabalho.²¹ A importância de Smith não se deve apenas a essa formulação, mas, sobretudo porque revela a ‘*verdade*’ da época histórica: a sociedade não é organizada por seres divinos, mas pelo trabalho, cuja caricatura é a oficina de alfinetes.²² Por meio do trabalho, se aceita, pela primeira vez na humanidade, que o destino dos homens esteja em suas próprias mãos.

¹⁹ Tradução do francês realizada pelas autoras.

²⁰ Tradução do francês realizada pelas autoras.

²¹ O pai da economia política, Adam Smith, afirma ser uma ‘mão invisível’ a reguladora dos interesses individuais na busca de suas satisfações. Esse postulado norteou a formulação teórica de todos os estudiosos da economia política até a crise de 1929-1933, período que evidenciou a não veracidade desse paradigma.

²² O pai da economia política, Adam Smith, afirma ser uma ‘mão invisível’ a reguladora dos interesses individuais na busca de suas satisfações. Esse postulado norteou a formulação teórica de todos os estudiosos da economia política até a crise de 1929-1933, período que evidenciou a não veracidade desse paradigma.

Ainda segundo Smith (1983), do funcionamento do mercado surge também o contrário de trabalho, o desemprego. Assim, quando há desemprego, a ‘culpa’ é do mercado que está se tornando desaquecido, ou se apresenta mais exigente e requisita apenas profissionais competentes. Se há desemprego, é porque sobram empregados desqualificados e faltam empregados qualificados. Todas essas explicações convergem para o mercado que, por sua vez, estabelece que alguns vivam sob o seu manto, enquanto outros, não tendo a mesma sorte, ficam desempregados. Assim, o enigma permanece indecifrável. O desemprego é involuntário porque existe a ‘mão invisível’ guiando as pessoas e suas situações de emprego e de desemprego.

Outro autor daquele período, Jean-Baptiste Say (1767-1832), também ajuda a entender o mercado por meio da velha lei da oferta e da procura:

Quando a procura de trabalhadores fica aquém da quantidade de pessoas que se oferecem para trabalhar, os seus ganhos declinam abaixo da taxa necessária para que a classe pobre possa manter-se no mesmo número. As famílias mais sobrecarregadas de filhos e de enfermidades morrem: a partir de então a oferta de trabalho declina e, sendo menos oferecido o trabalho, o seu preço sobe.²³

Em conformidade com a *Lei de Say*, a produção cria sua própria demanda. Um momento de criação de emprego impele as populações a trabalharem, sendo o contrário também verdadeiro. Na base desse argumento está a relação de oferta e procura.²⁴ Todas as pessoas são, ao mesmo tempo, consumidores e produtores de algo e se encontram no mercado.

De acordo com estas proposições, podemos supor ironicamente que as pessoas fazem suas opções e tudo se move por escolhas, que são infinitas. Se as pessoas não estão no trabalho, é porque elas não estão dispostas a venderem a sua força de trabalho pelo preço oferecido, logo, permanecer sem trabalho lhes dá maior satisfação do que o trabalho realizado por um determinado salário.

Na perspectiva da lei de mercado, que também regula a oferta e a procura de trabalhadores, não existe desemprego, pois o mercado tende a buscar o seu próprio equilíbrio. Mais uma vez, o enigma permanece. O ‘ser invisível’ continua elegendo algumas pessoas e preterindo outras, que são, simultaneamente, produtoras e consumidoras de algo. Nessa explicação, evidentemente, são as pessoas que realizam escolhas. O desemprego, no limite, seria uma escolha subjetiva ou uma deliberação pessoal e o ócio preferível à pequena remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa de nossa investigação, parece importante retomar e reforçar certas idéias enunciadas no texto. Ensejamos refletir sobre as transformações na formação profissional. Assim, o retorno, ainda que breve, à época das corporações, não teve senão o objetivo de iluminar uma questão muito atual: a profissionalização dos jovens diante de um contexto de desemprego. O que parece pequeno e

²³ O optimismo de Jean- Baptiste Say *apud* Denis (1974, p. 323) citado nas referências.

²⁴ Essa lei, fundamental na teoria neoclássica marginalista, explica-se por meio da função que mantém uma relação inversa entre preço e quantidade. Se o preço sobe, as pessoas estão dispostas a comprar menos; se os preços baixam, as pessoas estão dispostas a comprar mais. Cf. Denis (1974).

insignificante é grandioso. Desvelar, portanto, a natureza da sociedade que cria a profissionalização - via universidade - parece fundamental. O texto objetivou perceber, para além das aparências, os nexos imbricados nessa nova maneira de estabelecer uma profissão. Como explicar a procura por uma profissão e o alongamento da escolarização sem cair nas armadilhas do mundo das aparências enganadoras?

Esta questão nos parece um ponto de partida relevante para refletir sobre as desigualdades de oportunidades que, em última instância, produzem e reproduzem a desigualdade social e de classes. O negro pobre não entra na universidade e o seu filho, por não ter condições socioeconômicas, também não terá chances de cursar uma faculdade e, assim, se conserva a ordem social vigente. Nesse sentido, as ações afirmativas de cotas, se não resolvem problemas sociais seculares como a discriminação social de etnias, pode contribuir para quebrar o círculo vicioso socialmente instituído. Diante do exposto faz-se necessário resignificar a universidade de hoje frente aos novo-velhos desafios da contemporaneidade.

As mudanças desencadeadas na materialidade do mundo do trabalho engendram novas formas de profissionalização. Sem sombra de dúvida, estamos diante de muitas transformações, sobretudo quando observamos o trabalho. Talvez a atualização da questão profissional deva contemplar a questão das transformações. No entanto, vale ressaltar que transformação não é reforma, ou ajuste de peças, nem tampouco é algo instituído por decreto. Uma idéia desse teor de transformação social suprime aquela que é a sua questão essencial, ou seja, a luta pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS:

- AUED, B. Indicações metodológicas ao estudo das profissões no Brasil. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia** (p.81), Campinas: UNICAMP, 2003.
- AUED, B. Trajectoires professionnelles en train de disparaître et chômage. In: **Anais do XVII Congrès International des Sociologues de Langue Française** (p. 345), Tours: France, 5 a 9/07/2004.
- BARBOSA, M. Para onde vai a classe média no Brasil. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP: São Paulo, v.10 nº1, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos**, Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BEAUD, S. et PIAULOUX, M. **Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux Usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard**. Fayard: Paris, 1999.
- BIANCHETTI, L. Curriculum Vitae em tempos de empreendedorismo e empregabilidade. In: Aued (org.) **Traços do Trabalho Coletivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTRO, R. C. Escola e mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. **Perspectiva**, Florianópolis: UFSC, v.22, nº. 01, p.79-92 jan. /jun. 2004.
- CHARLE, C. e VERGER, J. **História das Universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.
- DENIS, H. **História do pensamento econômico**. Lisboa: Horizonte, 1974.
- DUBAR et TRIPIER, P. **Sociologie des Professions**. Paris: Armand Colin, 1998.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCO, M^a C. Formação Profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 100-137.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PASSERON, J.C. L'inflation des diplômes: remarques sur l'usage de quelques concepts analogiques en sociologie. In: **Revue française de sociologie**, XXIII, p. 551-584, Paris:1982.

PIOTET, F. **La Revolution des Métiers**. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

POCHMANN, M. Crianças e adolescentes e o mundo do trabalho. In: **Relatório do encontro da Região Sul "Trabalho Infantil: violação de direitos humanos."** Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho de Santa Catarina . Florianópolis, 17 a 18 de agosto de 2006. (no prelo)

PRANDI, J. R. Os favoritos degradados. São Paulo: Loyola, 1982.

QUARTIERO, E. e BIANCHETTI, L. (org.) **Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações**. Santa Cruz. do Sul; São Paulo: EDUNISC; Cortez, 2005.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHULTZ, T. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SILVA JUNIOR, J. R. A racionalidade mercantil da pós-graduação: a produção da ciência pragmática e do individualismo profissional In: Quartiero, E. & Bianchetti, L. (org.) **Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações**. Santa Cruz. do Sul; São Paulo: EDUNISC; Cortez, 2005.

TUMOLO, Paulo S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: Apontamentos de Interpretações, **Educ. Soc.**, Campinas, vol.24, n.82, p. 159-178, abril 2003.

Sites:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acessado em 24/10/2004.

Jornal Brasil de Fato – [http:// www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br) acessado em 10/10/2005.

Jornal O Globo – [http:// www.globoonline.com.br](http://www.globoonline.com.br) acessado em 03/12/2003.

Ministério da Educação e da Cultura –<http://www.mec.gov.br/sesu>. Acessado em 23/05/2005.